

# África nos regimes fascista italiano e autoritário português

*Africa in the Italian Fascist and the Portuguese Authoritarian Regimes*

**Pietro Tessadori\***

---

## **Resumo**

O artigo visa analisar as modalidades de colonização africana actuadas durante o fascismo e o salazarismo. Nomeadamente como na África a exploração colonial foi encarada consoante às diferentes necessidades dominadoras: a de conquista e formação de um Império italiano por Mussolini, a de protecção e preservação do Ultramar português por Salazar.

---

## **Palavras-Chave**

Fascismo. Salazarismo. África Colonial

---

## **Abstract**

The article aims to examine the modalities of African colonization actuated during fascism and Salazar's *Estado Novo*. Particularly how in Africa, colonial exploitation was viewed in conformance with the varying requirements of rule: the conquest and formation of an Italian Empire by Mussolini, and the protection and preservation of the Portuguese Overseas Empire by Salazar.

---

## **Keywords**

Fascism. Salazar's *Estado Novo*. Colonial Africa

---

\* 3º Ano Doutoramento Inter-Universitário em História: Protocolo de Cooperação Científica, Pedagógica e Técnica entre Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora. Contato:pietrotessadori@yahoo.it

## *África nos regimes fascista italiano e autoritário português*

A exploração colonial em geral e em particular a africana, além de ter sido uma importante fonte de ganho pelo regime português, foi um instrumento utilizado para consolidar os objectivos expansionistas de muitos países ocidentais.<sup>1</sup> De facto com a introdução de moedas e notas foi possível influenciar o mercado de sal e de ferro, assim subordinando por muito tempo a África Central à Europa. Nomeadamente em Angola, após a promulgação do “Acto Colonial” em 1930, as medidas repressivas do regime trouxeram formas coercitivas de trabalho, pelo que as condições de dominação do Estado Novo foram quase as mesmas do período da escravidão.

A política autoritária do regime se enfoca na preocupação de “educação” dos africanos por meio de uma assimilação à cultura portuguesa,<sup>2</sup> um sistema educacional baseado na exaltação dos valores nacionais, entre quais o passado histórico caracterizado pelo mito do grande Império Português, a tradição, a pátria e a religião numa perspectiva cristã portadora de uma missão evangelizadora. Este esforço de assimilação, que começa com o Estatuto do Indigenato<sup>3</sup> em 1926, visa mostrar o colonialismo português como algo de natural, uma forma de presunção colonizadora, que considera a sua acção coercitiva uma dimensão pedagógica<sup>4</sup> até desejada pelos povos colonizados.

Em 18 de Junho de 1930 Salazar, Ministro Interino das Colónias, publicou o “Acto Colonial” ao qual seguiu, como integração na Constituição de 1933, a elaboração e publicação da “Carta Orgânica do Império Colonial Português”.<sup>5</sup> Salazar apresentou ao país os seus “Princípios Fundamentais da Nova Ordem das Causas”, ou seja as bases ideológicas e políticas do partido único, em que o património colonial português era justificado como um direito histórico<sup>6</sup> devido à vocação portuguesa de ser uma grande Nação descobridora, com direito natural num património marítimo, territorial, político e espiritual, este ultimo comemorado com o “Acordo missionário” com a Santa Sé, através do qual

<sup>1</sup> BIRMINGHAM, David. *Empire in Africa, Angola and its neighbors*. Atenas: Ohio University Press, 2006.

<sup>2</sup> GUIMARÃES, José Marques. *A política educativa do colonialismo português em África*. Da República ao Estado Novo 1910-1974. Porto: Profedições, 2006.

<sup>3</sup> CRUZ, Elisabeth Ceita Vera. *O Estatuto do Indigenato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005.

<sup>4</sup> FERREIRA, Eduardo de Sousa. *O fim de uma era*. O colonialismo português em África. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

<sup>5</sup> GUERRA, João Paulo. *Memórias das guerras coloniais*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

<sup>6</sup> CAETANO, Marcelo. *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos*. História duma batalha da liberdade dos mares às Nações Unidas. Lisboa: Ática, 1965.

o regime colocou na sua política colonial, um processo de assimilação e de dominação cultural que aproveitava do suporte da acção missionária.

As diversas instituições, criadas pela administração portuguesa na África, são classificadas e divididas em seis períodos,<sup>7</sup> cada um desses descreve a estrutura ultramarina e suas principais transformações, que no período colonial do Estado Novo é caracterizada pela centralização radical da organização administrativa do Ultramar, que inverte completamente o processo de descentralização administrativa da Primeira República Portuguesa. O principal objectivo desta escolha, além da assimilação cultural<sup>8</sup> dos colonizados na estrutura sócio económica portuguesa, foi o de responder à crise do emprego interno, começando um novo tipo de exploração colonial que desenvolvesse novas oportunidades de trabalho pelos portugueses, que não encontravam emprego em Portugal. O lema: “Portugal não é um país pequeno” era frequentemente repetido pelo regime; evocando a extensão territorial do Império português, Salazar tentava desviar a atenção das condições difíceis, em que a ditadura mantinha a sua população.

Juntamente com as medidas de actividade económica e de desenvolvimento das infra-estruturas, a colonização intensiva foi ilustrada e planejada na primeira “Conferência Económica do Império Colonial Português” em 1936, onde foram aprovados o projecto relativo ao povoamento europeu das colónias na África e a construção de bases de apoio aos novos chegados, por meio dos contributos financiado a favor do regadio das áreas destinadas ao povoamento do “Império Colonial Português”.<sup>9</sup> Na conferência se reconhece a urgência de uma intervenção por parte do Estado, de modo que as condições de migração sejam as mais simples possíveis, por efectuar uma intervenção rápida que traga salubridade das áreas, que devem ser habitadas pelos trabalhadores. Igualmente é solicitado ao Estado a necessidade de organizar sistematicamente e colectivamente a livre colonização, utilizando todos

<sup>7</sup> Instituto Português de Arquin. *Guia de Fontes Portuguesas para a História da África*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991.

<sup>8</sup> PINTO, António Costa, Portugal no século XX: Introdução, in PINTO, António Costa (coord.), *Portugal contemporâneo*, Madrid: Ediciones Sequitur, 2000, p. 32. “O projecto cultural do salazarismo procurou, como outros regimes semelhantes, uma *restauração sistemática dos valores da Tradição*. A maior atenção foi dada a todo um movimento *etnográfico – folclóricos* que passou por uma verdadeira revitalização (na maioria dos casos pura invenção) de grupos folclóricos locais, restauração dos símbolos da reconquista cristã e sua utilização social, por concursos como a *aldeia mais portuguesa de Portugal*, movimento que culminou, já no início da década de 40, com a *Exposição do Mundo Português*, reproduzindo as formas tradicionais e os hábitos das populações de todo o *Império*”.

<sup>9</sup> CASTELO, Cláudia. *Passagens para África*. O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole 1920 – 1974. Lisboa: Edições Afrontamento, 2007.

os meios à disposição pelo Ministério das Colónias, dando aos novos chegados conhecimento de higiene tropical, bem como de prestação de cuidados médicos e técnicos. No que diz respeito à organização do trabalho, a célula de colonização deve ser a família, a exploração de cada núcleo deve ser baseada no sistema cooperativo, através dos mais modernos métodos de trabalho agrícola, intensificando contemporaneamente a actividade mineira e industrial. Mas a realidade é bem diferente, a história dos portugueses, que emigraram até 1974, revela uma colonização que em país como Angola e Moçambique é controlada por grandes empresas monopolísticas de Portugal, que se baseia na exploração física dos nativos em condições de trabalho escravistas.<sup>10</sup>

A reforma do 1946 reestrutura a composição da antiga administração colonial, a criação de cursos de formação, por meio dos “Altos Estudos coloniais”, incluem a intenção de criar os novos dirigentes, onde as autoridades locais são cooptadas por uma parcial participação na gestão dos recursos. De facto a diversidade das lutas sociais, na qual foi usada em suporte a migração portuguesa numa perspectiva político-económica, foi a forma principal com a qual o Estado Novo tentou instaurar a própria identidade nos territórios ocupados, porque o processo de afirmação centralista da estrutura administrativa portuguesa no território africano não foi instantâneo, mas ocorreu de forma gradual.<sup>11</sup> Por isso o Estado Novo, que procurava uma centralização do poder, nas áreas em que teve de tomar em conta o grau de resistência demonstrado pela população local, recorreu para exercer as condições de soberania à integração no poder de exponentes locais.<sup>12</sup>

No Programa Colonial do Estado Novo,<sup>13</sup> se percebe melhor a natureza da presença portuguesa acompanhada por novas necessidades

<sup>10</sup> RIBEIRO, Afonso. *África Colonial*. Lourenço Marques: Edição de Publicações Notícias, 1975.

<sup>11</sup> GOMES, Rui, Percurso da Educação Colonial no Estado Novo, in NOVOA, António – DEPAEPE, Marc – JOHANNINGMEIER, Erwin V. – ARANGO Diana Soto (eds.). *Para um História da Educação Colonial*. Porto e Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação Educa, 1996, p. 155. “Como argumenta Marcelo Caetano em 1949: *Hoje os nossos títulos de soberania têm que ser reforçados pela ocupação científica. No Ministério da Educação Nacional a investigação científica pode, na ordem das preocupações, ocupar o quarto, o quinto, o sexto lugar; no Ministério das Colónias trata-se de uma preocupação de primeiro plano*. Desta forma, justificava-se a observação antropológica, etnológica, medica, agrária linguística e meteorológica sob o mesmo epíteto de ocupação científica do ultramar (cf. *Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial, 1934; Estatuto Orgânico das Missões, 1926*)”.

<sup>12</sup> CARVALHO, Clara e CABRAL, João de Pina. *A persistência da História*. Passado e contemporaneidade em África. Lisboa: Edição Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004.

<sup>13</sup> CESA – Centro de Estudos sobre África. *Estudo de Desenvolvimento. África em transição*. Universidade Técnica de Lisboa: Trinova, 2000.

que surgem após a Segunda Guerra Mundial, que mudam radicalmente a posição de Portugal, na moldura internacional capitalista.<sup>14</sup> Por meio do sistema económico baseado na carga fiscal, a partir da segunda metade dos anos sessenta, o rendimento obtido pela exploração colonial pôde compensar o deficit produtivo português, revelando a sua grande importância no projecto colonial do Estado Novo, sobretudo após as dívidas crescidas durante a Segunda Guerra Mundial, para apoiar economicamente o exército alemão, em troca da garantia de Hitler de não invadir Portugal.

Só em 1957 Salazar, sobretudo por meio da exploração colonial moçambicana, conseguiu contrariar os aspectos negativos do equilíbrio económico do país, através da gestão da configuração do sistema imperial, o equilíbrio financeiro de Portugal permaneceu em causa durante toda a década final da colonização, até chegar ao último período do Império português. Nomeadamente com o início das guerras coloniais, em 1962, se evidenciaram os trechos mais brutais do regime português, bombardeamentos ao napalm e massacres de civis já se tornaram recorrentes para a utilização de milhares de tropas enviadas para a África, com conseguintes e repetidas condenações do regime de Salazar nas assembleias Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).<sup>15</sup> Aos movimentos de libertação de Angola, Guine e Moçambique<sup>16</sup> o governo português responde enviando soldados, bem como os agentes da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), reforçando a atitude repressiva nas colónias, com redes de espionagem e com a abertura de novos Terrafais. Neste sentido, são muitas preciosas as memórias dos nativos durante as guerras coloniais, onde é possível entender os arbítrios das autoridades colonizadoras e das extensões ideológicas das medidas discriminatórias, que provocaram um assédio físico e moral, a que os africanos foram sujeitos através da repressão policial, dos interrogatórios e das torturas praticadas nas prisões e nos campos de concentração.<sup>17</sup> A pretensão do colonialismo português, marcado pelo conceito discriminatório do paternalismo legitimador, se

<sup>14</sup> GALLO, Donato. *Antropologia e Colonialismo*. O saber português. Lisboa: Heptágono, 1988.

<sup>15</sup> PINTO, António Costa. *O fim do Império português*. A cena internacional, a guerra colonial, e a descolonização 1961-1975. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 54. “Para além da denúncia interna, que a oposição clandestina fazia eco, a internacional foi-se agravando com os anos e com a progressiva inovação tecnológica do exército português: com a utilização de napalm e a realização de massacres às populações civis, as forças coloniais e a PIDE começaram a ser visadas com maior amplitude”.

<sup>16</sup> DAVIDSON, Basil. *Os camponeses africanos e a revolução*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

<sup>17</sup> MATEUS, Dalila Cabrita. *Memórias do colonialismo e da guerra*. Porto: Edições ASA, 2006.

escondia atrás da exploração económica e da imposição social e cultural que o acompanhava.<sup>18</sup> Como revelam as memórias de Jorge Jardim,<sup>19</sup> íntimo colaborador de Salazar, chamado Lawrence de África por ter conhecido profundamente o contexto africano, os crimes premeditados do regime revelam os verdadeiros interesses do ditador português, seja pela importância que as colónias tinham no sector financeiro, seja pela possibilidade que ofereciam, na garantia de apoio internacional político e diplomático. De facto no contexto da Guerra Fria Portugal também contribuía ao equilíbrio mundial, nomeadamente nos territórios africanos das colónias portuguesas, onde países como África do Sul e a mesma Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) eram envolvidos<sup>20</sup> para favorecerem a permanência de um governo autoritário, que garantisse a estabilidade das relações internacionais no panorama internacional.<sup>21</sup> Também por isso, o processo de libertação das colónias foi lento e sinuoso, como no caso do Partido Comunista Português (PCP), que apesar do reconhecimento do direito à independência das colónias, além de não considera-las prontas para auto governar-se, pôs em questão o perigo de uma alegada substituição de domínio por outro país imperialista.<sup>22</sup> De contra se tomarmos como exemplos as colónias portuguesas da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, os respectivos

<sup>18</sup> SELLSTRÖM, Tor. *A Suécia e as lutas de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau*. Halmstad: Bulls Graphic, 2008, p. 20 – 21. “Ao mesmo tempo, Salazar descreveu o multiracialismo como sendo *uma criação dos portugueses derivada, por um lado, do nosso carácter e, por outro, dos princípios morais de que somos portadores*. No entanto, no início da década de 60, o mito do destino imperial de Portugal, da sua unidade e multiracialismo foi irrevogavelmente estampado a sangue. Os regimes anacrónicos de colonização na África Austral, sobretudo baseados em trabalhos forçados, foram amplamente denunciados”.

<sup>19</sup> JARDIM, Jorge. *Moçambique Terra Queimada*. Lisboa: Editorial Intervenção, 1974.

<sup>20</sup> SELLSTRÖM, Tor. Op. Cit., p. 21. “O Portugal salazarista era um firme aliado do apartheid na África do Sul e da colonização na Rodésia, como um dos três pilares de uma cidade regional, controlada pelos brancos. Com a importância estratégica dos Açores, Portugal foi acolhido como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) aquando da sua fundação em 1949 e, em 1955, aderiu às Nações Unidas”.

<sup>21</sup> MONIZ, Júlio Botelho. *Visões estratégicas no final do Império*. Condutas das operações coloniais – 1944. Lições de estratégia – 1953. Lisboa: Tribuna da História, 2007.

<sup>22</sup> MATEUS, Dalila Cabrita. *A luta pela independência*. A formação das elites fundadoras, da FRELIMO, MPLA E PAIGC. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1999, p. 83. “O PCP opunha-se, inclusive, a que se formassem movimentos de libertação nas colónias. Alegava não estarem criadas condições para a independência, pelo que se deviam constituir apenas Secções do Partido. Com efeito, o III Congresso (1.º Ilegal), em Novembro de 1943, embora afirme reconhecer aos povos das colónias “*o direito a constituírem-se em Estados independentes*”, considera que, “*pouco desenvolvidos sob todos os aspectos*”, não podiam “*por si sós, nas circunstâncias presentes, assegurar a sua independência*”. Além disso, com a separação de Portugal ficariam submetidos “*ao domínio de outro imperialismo*”. Ficava no ar a questão: acaso teriam os povos coloniais algo a perder com a substituição de uma atrasada potência colonial por um qualquer imperialismo, por certo mais desenvolvido? Essa questão era tanto mais pertinente, quanto era legítimo pensar-se que os sofrimentos dos povos africanos, resultado da dominação colonial, se agravavam devido ao atraso da potência dominante”.

movimentos de libertação nacional, foram considerados inicialmente, pelos países ocidentais, como organizações terroristas ou comunistas apoiadas pela União Soviética,<sup>23</sup> enquanto os únicos a pensar diversamente foram os países do Norte Europeu, em particular a Suécia, que decidiram apoiar e ajudar os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, como por exemplo o Movimento Popular de Libertação (MPLA) em Angola, o Fronte de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na Guiné-Bissau, bem como os movimentos nacionalistas do Zimbabué, da Namíbia e da África do Sul.<sup>24</sup>

O problema do equilíbrio económico, político, financeiro e militar, que dependia também da localização geográfica dos domínios ultramarinos, teve que começar a lidar com a nova onda de democracia que o fim da II Guerra Mundial trouxe. Estas novas perspectivas de relacionamento internacional ganharam peso na promoção de uma consciência social e dos direitos sociais e naturais das pessoas nos países colonizadores. No caso específico português as guerras coloniais abriram uma luta de oposição ao regime, apoiada por manifestações de protestos e pelo rejeito de dezenas de milhares de jovens de recorrer à guerra. Foi assim que o colonialismo português na África começou a entrar em crise, em nome do reconhecimento de uma nova condição universal dos direitos humanos.

Assim entre 1961 e 1974 as tentativas do regime colonial para defender os seus domínios foram muito variegadas, desde esconder verbalmente a palavra colonialismo, mudando o nome do estatuto das colónias, denominando as colónias como parte integrante e inalienável do território nacional, onde o “Império Colonial” tornou-se “Ultramar Português”,<sup>25</sup> até incluir a utilização maciça de forças da Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança (PIDE/DGS), que aumentando consideravelmente foram directamente responsável pelos assassinatos dos maiores exponentes dos movimentos

<sup>23</sup> GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil – Portugal*. Do Tratado de Amizade ao caso Delgado. Lisboa: Edição Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003, p. 81. “O fato é que, com o desenvolvimento da guerra fria, o sistema político autoritário português, que tanto mal-estar causava aos aliados, cada vez mais passou a ser visto como uma particularidade de um Estado perfeitamente afinado com o objectivo ocidental de eliminar o comunismo soviético onde quer que ele se manifestasse”.

<sup>24</sup> SELLSTRÖM, Tor. Op. Cit.

<sup>25</sup> TORRAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, Vol. 1, p. 485. “É então revogado o Acto Colonial, integrando-se as disposições sobre o “Ultramar” no título VII da própria Constituição, exactamente intitulado “Do Ultramar Português”. Mas, não há grandes alterações para além das modificações cosméticas que foram peculiares ao regime no pós-guerra”.

africanos pela independência.<sup>26</sup> Mas inevitavelmente a descolonização estava avançando, o governo de um país pequeno como Portugal não podia continuar economicamente uma guerra na Angola que durava há doze anos, que embora fosse apoiada por grandes potências e grupos financeiros envolvidos pela protecção de interesses económicos e estratégicos, não podia parar os movimentos anti-coloniais surgidos nos países africanos adaptados gradualmente às estruturas económicas e sociais de cada país.<sup>27</sup> Nos territórios do domínio português o desejo de independência coincidiu com uma tomada de consciência de cariz nacionalista, motivação necessária num contexto como aquilo africano, fortemente variegado no vertente étnico – cultural.<sup>28</sup> A criação de uma consciência nacional se desenvolveu diversamente nas diferentes regiões que compunham cada país,<sup>29</sup> onde uma grande contribuição neste sentido chegou por intelectuais muitas vezes chefes dos movimentos de independência, que tiveram uma grande base de apoio popular pela construção de uma consciência nacional catalisadora na constituição de novos Estados – Nações. O espírito patriótico e a necessidade de unificação se impõem, por um lado com a luta contra um poder considerado exógeno, identificado responsável das carências que causam a indignação da população local, por outro lado com o apoio internacional nomeadamente chegado imediatamente após a revolução do 25 de Abril, para favorecer a independência das províncias ultramarinas. A procura de independência das colónias está a alastrar entre a população portuguesas e entre os partidos criados após do 25 de Abril de 1974,<sup>30</sup> bem como a 10 de Maio com os apelos das Organizações das Nações Unidas (ONU), da Organização da Unidade Africana (OUA) e da Junta Nacional de

<sup>26</sup> MATEUS, Dalila Cabrita. *A PIDE/DGS na guerra colonial 1961 – 1974*. Lisboa: Terramar, 2004.

<sup>27</sup> Idem. *A luta pela independência*. A formação das elites fundadoras, da FRELIMO, MPLA E PAIGC. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1999.

<sup>28</sup> AREIA, M. Laranjeira Rodrigues de. A diversidade cultural e a construção do Estado-Nação em Angola, in TORRAL, Luís Reis – PIMENTA, Fernando Tavares – SOUSA, Julião Soares (coordenação). *Comunidades Imaginadas. Nação e nacionalismo em África. Actas do Seminário Internacional realizado em Coimbra no Arquivo da Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 81. “É inevitável que a ligação entre os diferentes grupos se afirme cada vez mais por incorporação de valores comuns e isso é o aspecto dinâmico da nação (política), em construção, que faz aparecer a pátria e o patriotismo de base estatal”.

<sup>29</sup> HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *Os filhos da terra do sol*. A formação do Estado – Nação em Cabo Verde. São Paulo: Summus Edições Selo Negro, 2002.

<sup>30</sup> SCHMITTER, Philippe. *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisboa: Edição Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999, p. 179. “Em 25 de Abril de 1974, um golpe de Estado levado a cabo por oficiais subalternos das Forças Armadas lançou Portugal, súbita e inesperadamente, num processo turbulento e incerto de libertação nacional. A ironia deste caso é que o império colonial mais antigo da Europa foi libertado, não do domínio ou controle externo, mas do seu próprio regime autoritário, que vigorava há quarenta e oito anos”.



Salvação, que puxam pela consagração da independência das colónias. Finalmente, a 27 de Julho de 1974, o Presidente da República pôde comunicar a todos, a aprovação da Lei 7/74, que concedeu às colónias africanas o direito à independência.

Quanto à história colonial italiana, esta existiu por cerca de sessenta anos, excluindo a Alemanha, a Itália foi a potência europeia que realizou possessões ultramarinas por período de tempo mais curto. Na Itália a imagem da expansão colonial africana foi pouco aprofundada, o juízo popular perante o Império italiano foi sempre cheio de preconceitos positivos condicionados por reconstruções facciosas (como aconteceu em todas as nações colonialistas), bem como por escassez no relatar as condições de dominação fascista na África. Os estudos académicos de “História Política Colonial” passaram nos anos cinquenta sob uma investigação mais neutra denominada “História e Instituições dos Países Afro-Asiáticos”. As guerras coloniais italianas foram em grande medida esquecidas, como assim foram negados os piores aspectos do regime durante a colonização africana,<sup>31</sup> mesmo no início dos anos oitenta as antologias documentais disponíveis eram apenas dois. A história colonial que se destaca na política militar fascista é caracterizada pelo apoio das forças armadas, que em oito anos entre 1935 e 1943, desde a agressão da Etiópia à rendição da Itália sem condições a favor dos aliados, evidencia a continua busca de poder pessoal, principal objectivo do ditador italiano.<sup>32</sup>

Como dito anteriormente a experiência colonial italiana foi breve e praticamente concentrada na África, a História do Ultramar colonial foi desenvolvida antes pelo governo liberal e depois pelo regime fascista.<sup>33</sup> Em 1882 na Eritreia, em 1889 na Somália, em 1911 na Líbia, a partir de 1935 na Etiópia, até esgotar completamente os domínios em 1943. Após as operações militares por terra e por ar e a derrota do Imperador etíope Haile Selassie,<sup>34</sup> a entrada dos italianos em Addis Abeba, a 5 de Maio de 1936, foi celebrada quatro dias depois com a declaração de Mussolini, da criação do Império fascista na África Oriental, declaração que obteve um reconhecimento generalizado em todo o mundo. De facto com a criação do Império e a instituição da África Oriental Italiana (AOI), Mussolini chegou ao ápice do consenso.<sup>35</sup> Na verdade se hoje abertamente se condena

<sup>31</sup> ROCHAT, Giorgio. *Le guerre italiane 1935 – 1943*. Dall'impero alla disfatta. Torino: Einaudi Editore, 2008.

<sup>32</sup> SBACCHI, Alberto. *Ethiopia under Mussolini: fascism and the colonial experience*. Londres – Nova Iorque: Zed Books, 1989.

<sup>33</sup> RANDAZZO, Antonella. *Roma predona, il colonialismo italiano in Africa*. Milão: Caos Edizioni, 2006.

<sup>34</sup> MOCKLER, Anthony. *Haile Selassie's War*. Oxford: Signal Books, 2003.

<sup>35</sup> AZZALIN, Roberto. *Vittorio Daverio pilota dell'aviazione coloniale*. L'África Orientale nelle lettere e nelle immagini (1937/1939). Milão: Greco&Greco Editori, 2006.

o imperialismo por motivos de anti-colonialismo, na época da expansão italiana do fascismo a empresa foi considerada como uma equiparação da Itália as nações europeias, que já possuíam um amplo domínio colonial. Mussolini, chamado fundador do Império, teve também um sucesso enorme em política interna, incluindo a participação de vinte milhões de italianos nos eventos que homenagearam o nascimento do Império italiano.

O regime conseguiu conquistar a Etiópia através de uma perspectiva de política militar externa resultado de um conflito programado e planejado estrategicamente, de maneira maquiavélica e tecnologicamente de vanguarda pela altura em consideração. Antes de enviarem os batalhões ao combate foi utilizada uma secção fotográfica de espertos que, além de ter uma função de propaganda, utilizaram a fotografia a partir de dirigíveis, balões e aviões Blériot e Nieuport, para fornecerem levantamentos precisos pelo conhecimento das localizações de campos e de armas de fogo, onde pela primeira vez as imagens dos dispositivos contribuíram na história militar a uma guerra mais técnica e mais eficaz nos resultados.<sup>36</sup> Partindo da construção do Império até a derrota militar no final da II Guerra Mundial o colonialismo fascista na Etiópia se destaca por uma estúpida e contraproducente crueldade dos generais e dos militares, em contraposição aos investimentos coloniais, onde foram erguidas infra-estruturas modernas, por vezes megalómanas, onde economicamente a Itália na África deixou mais daquilo que conseguiu levar.<sup>37</sup> A hostilidade de pessoas sem escrúpulos como o General Graziani se contrapõe às histórias dos colonos italianos que em Etiópia se comportaram bem, chegando nestas terras para trabalharem em número superior aos dois milhões, ligando os destinos deles num lugar que consideraram como uma segunda pátria.<sup>38</sup> No caso etíope o mito da época colonial está enquadrado na doutrina do fascismo, como um regresso prestigiado à romanidade (como no caso de Addis Abeba erguida a nova cidade monumental romana), onde a conquista “civilizadora”, está contornada pela ferocidade e os massacres perpetrados pelos soldados de Mussolini.<sup>39</sup> São exemplo disso as batalhas que contrapõem forças desiguais, entre exército etíope e a invasão das forças armadas italianas, que partindo do norte chegam no sul do país, sem alguma declaração de guerra, usurpando a família do “Degiac” Zamamuel Nasib, chefe das

<sup>36</sup> DEL BOCA, Angelo – LA BANCA, Nicola. *L'Impero africano del fascismo*. Roma: Editori Riuniti, 2002.

<sup>37</sup> SECCIANI, Alessandro. *L'impero: le colonie italiane in Africa*. Novara: Editoriale Nuova, 2005.

<sup>38</sup> DEL BOCA, Angelo. *L'Africa nella coscienza degli italiani*. Roma – Bari: Laterza, 1992.

<sup>39</sup> LE HOUEROU, Fabienne, *L'épopée des soldats de Mussolini en Abyssinie, 1936-1938*. Paris: L'Harmattan Editions, 1994.

forças armadas etíopes, constringida ao exílio na Itália no final de 1936 e mantidas nesses condições até o Agosto de 1944.<sup>40</sup>

É interessante notar como a colonização italiana fascista foi diferente em cada país do corno africano, como no caso da Eritreia,<sup>41</sup> que durante o fascismo, por meio do Governador Gasparini tornou-se objecto de um grande projecto de modernização arquitectónica e urbanística votado à comercialização dos produtos primários e no caso da Somália,<sup>42</sup> onde a penetração quase pacífica do governo italiano implementada antes do advento do fascismo, adquire uma condição militar pouco cuidada por um ponto de vista administrativo, caracterizada por uma incapacidade real do regime fascista, pela exploração do território e pela ausência de criação de uma rede institucional bem organizada, que normalmente caracteriza o colonialismo em geral,<sup>43</sup> situação bem diferente na Etiópia onde o colonialismo fascista com métodos baseados no “*dividi et impera*” enfatiza a própria vantagem as diferenças étnicas e linguísticas incentivadas pelas divisões, um exemplo padrão a separação da Igreja etíope daquela de Alexandria.<sup>44</sup>

A presença italiana no corno de África torna-se uma contribuição essencial para destacar o papel que esta dominação teve na Segunda Guerra Mundial, pelas estratégias militares adoptadas durante o conflito. Quando em 1940, Mussolini declarou guerra à Inglaterra e à França, nasceu uma aliança entre Sudão inglês e resistência etíope, que por quatro anos tinha lutado sozinha contra a colonização italiana. Na verdade o imperador etíope, exilado na Inglaterra, mais de uma vez propôs ao governo local uma aliança, que os ingleses nem dignaram de resposta pelo medo de contrariar Mussolini. Efectivamente percorrendo os anos dourados do fascismo até o trágico epílogo,<sup>45</sup> o colonialismo italiano se explica melhor numa visão internacional.<sup>46</sup> Quando a Itália sai derrotada da Segunda Guerra Mundial, os laços com as suas colónias são já muitos fracos. Por exemplo em 1941 a Eritreia já estava sob o controle das tropas

<sup>40</sup> NASIBÚ, Martha. *Memorie di una principessa etiope*. Vicenza: Neri Pozza Editore, 2005.

<sup>41</sup> AMARA, Filippo. *Un progetto urbano per Asmara*. Guido Ferrazza e I nuovi mercati della capitale Eritrea, 1935 – 1938. Un caso di restauro del moderno tra interpretazione e progetto. Roma: Aracne, 2007.

<sup>42</sup> HESS, Robert. *Italian colonialism in Somalia*. Chicago – Londres: The University of Chicago Press, 1966.

<sup>43</sup> TRIPODI, Paolo. *The colonial legacy in Somalia: Rome and Mogadishu, from colonial administration to operation restore hope*. Londres – Nova Iorque: Mc Millian Press, 1999.

<sup>44</sup> SBACCHI, Alberto. *Legacy of bitterness: Ethiopia and fascist Italy, 1935-1941*. Lawrenceville: The Red Sea Press, 1979.

<sup>45</sup> BORRUSO, Paolo. *La fine del sogno africano negli appunti e nelle immagini di Massimo Borruso, funzionario coloniale in Etiopia 1937-1946*. Roma: Editore Manduria, 1997.

<sup>46</sup> LABANCA, Nicola. *Oltremare. Storia dell'espansione coloniale italiana*. Bolonha: Il Mulino Biblioteca Storica, 2002.

britânicas e na Etiópia, em 1945, já foi reinstalado o Imperador, sem esquecer que a maioria dos colonos já tinha regressado para Itália há muito tempo.<sup>47</sup> Naquela altura as colónias italianas representavam uma grande importância estratégica pelo equilíbrio geopolítico, quer do Mediterrâneo, quer do Oceano Índico. As colónias africanas foram definitivamente tomadas a cargo da Grã Bretanha, as reivindicações italianas foram negadas com grande irritação, pelo governo democrático de Washington presidido por Harry S. Truman, e pelo governo britânico laborista presidido por R. Clement Attlee. Apesar da rendição e da busca de uma relação estrita com Londres e Washington, o pedido do governo italiano presidido por Alcide de Gasperi, após o fim da Segunda Guerra Mundial, ficou sem consideração, o novo governo anti-fascista não conseguiu obter a devolução das colónias italianas. A Itália, embora fosse passada pelo lado dos aliados, continuava a ser considerada uma potência europeia derrotada, que tentou com Alemanha e Japão de subverter a ordem mundial.

A situação colonial da Itália lembrou a da Alemanha em 1919, quando os mandatos de Versalhes permitiram as potências coloniais francesa e britânica, de ocupar militarmente os territórios africanos e asiáticos de domínio alemão, mas o clima, em que se efectuou a punição colonial do segundo pós-guerra, foi profundamente diferente daquele existente na Primeira Guerra Mundial. A diferença substancial que surgiu depois de 1945, era fomentada por uma pressão internacional de protestos contra o colonialismo em geral, em vez de pensarem sobre a reconquista ou ao mantimento dos territórios ultramarinos, as potências coloniais<sup>48</sup> tiveram que começar a pensar na descolonização.<sup>49</sup>

<sup>47</sup> DEL BOCA, Angelo. *La nostra Africa, nel racconto di cinquanta italiani che l'hanno percorsa, esplorata e amata*. Vicenza: Neri Pozza Editore, 2003.

<sup>48</sup> THOMAS, Martin. *European decolonization*. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2007.

<sup>49</sup> MAZRUI, ALI A. (coord.). *La descolonización de África: África austral y el Cuerno de África. Documentos de trabajo y actos de la reunion de expertos celebrada em Varsovia del 9 al 13 de Outubro de 1978*. Barcelona: Serbal Unesco, 1983.